

MIGRANTES RUMO À FÁBRICA: FORÇA DE TRABALHO CAMPONESA NA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BABAÇU NO PIAUÍ (1940 -1970)¹

MIGRANTS TOWARDS THE FACTORY: PEASANT WORKFORCE IN THE BABAÇU INDUSTRIALIZATION IN PIAUÍ (1940 -1970)

Antonio Alexandre Isidio Cardoso

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS - UFMA) e do Programa Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (PPGSC - UESPI). E-mail: alexandre.antonio@ufma.com

Marcos Oliveira dos Santos

Mestre pelo Programa Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (PPGSC - UESPI). Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí. É pesquisador do NEHST (Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho). E-mail: marcosodsantos@gmail.com

RESUMO: O presente artigo procura analisar a utilização da força de trabalho camponês na industrialização do babaçu no Piauí entre as décadas de 1940 a 1970. Em tal período de análise, os deslocamentos das famílias camponesas pesquisadas estavam condicionados ao desejo por melhores condições de vida a partir do trabalho fabril. As experiências de migração foram construídas a partir das redes de contatos e sociabilidades na expectativa do trabalho na fábrica GECOSA (Indústrias Reunidas Gervásio Costa S/A), situada na região de Novo Nilo (PI), às margens do rio Parnaíba. O cotidiano da fábrica

ABSTRACT: This article seeks to analyze the use of peasant labor in the industrialization of babassu in Piauí, between the 1940s and 1970s. In this period of analysis, the movements of the peasant families surveyed were conditioned by the desire for better living conditions from of factory work. Migration experiences were built from networks of contacts and sociability in anticipation of work at the GECOSA factory (Industries Gathered Gervásio Costa S/A), located in the Novo Nilo region (PI), on the banks of the Parnaíba river. The daily life of the factory was marked by the exhausting work routine of the peasant-workers,

1. Esta análise foi feita originalmente em dissertação de mestrado: SANTOS, Marcos Oliveira dos. *Experiências camponesas: mundos do trabalho e a industrialização do babaçu no Piauí (1940 – 1990)*. 157 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Cultura) Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura, Universidade Estadual do Piauí. Teresina, 2024.

foi marcado pela rotina exaustiva de trabalho dos camponeses-operários, que dominavam a linha de produção, sem perder de vista seus vínculos tradicionais com a terra e a agricultura. Para a construção do presente estudo foi utilizada a metodologia da História Oral através da análises de entrevistas realizadas com camponeses que participaram ativamente do processo histórico em tela. Utilizamos também documentos oficiais da GECOSA, dentre outros fragmentos do passado, com objetivo de analisar as experiências camponesas no mundo rural do Piauí, mais especificamente no povoado Novo Nilo (PI).

Palavras-chave: Mundo rural; Trabalho; Migração; Camponeses; Piauí.

who dominated the production line, without losing sight of their traditional links with the land and agriculture. To construct the present study, the Oral History methodology was used through the analysis of interviews carried out with peasants who actively participated in the historical process in question. We also used official documents from GECOSA, among other fragments from the past, with the aim of analyzing peasant experiences in the rural world of Piauí, more specifically in the town of Novo Nilo (PI).

Keywords: Rural world; Work; Migration; Peasants; Piauí.

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende analisar a utilização da força de trabalho camponesa no processo de industrialização da amêndoa do coco babaçu no Piauí entre as décadas de 1940 a 1970, no intuito de problematizar o processo migratório das famílias camponesas para o povoado Novo Nilo (PI), tendo como destino as terras da fábrica GECOSA (Indústrias Integradas Gervásio Costa S/A), localizada às margens do rio Parnaíba.

A principal matéria prima dessa fábrica era a amêndoa do coco babaçu (*Attalea speciosa*) que era extraída de forma artesanal pelas quebradeiras de coco através da utilização de “um machado e de um cacete”. Além da venda da amêndoa para os donos da fábrica, as quebradeiras de coco também realizavam a extração do óleo do coco babaçu, ou do “azeite de coco”, como é popularmente conhecido em alguns estados como Piauí e Maranhão, servindo basicamente para ser utilizado na preparação dos alimentos.

Para compreendermos o contexto em tela, delimitamos o conceito de campesinato, que em termos gerais é pautado nas relações de trabalho familiar agrícola, tendo por base diferentes modos de acesso à terra, como por exemplos, os posseiros, os meeiros e os agregados. Além disso, pode ser definido como uma categoria analítica e histórica constituída por poliprodutores, integrados aos jogos de força e tensão do mundo do trabalho contemporâneo (NEVES, SILVA, 2009).

Na presente pesquisa os poliprodutores são representados pelos lavradores, pescadores e extrativistas, que passaram a atuar também como operários e operárias na fábrica GECOSA para complementação na renda da família, sem perder de vista as atividades características do campesinato. À essa especificidade, lastreada numa rotina simultaneamente operária e camponesa, existia também a condição de vida enfrentada por esses homens e por essas mulheres como moradores agregados dentro das terras da fábrica no povoado Novo Nilo (PI).

O estudo do mundo rural no Piauí guarda grande potência para entender a construção de desigualdades e problemáticas sociais rotineiras entre trabalhadores do campo do passado e do presente. Em termos metodológicos, para entender algumas das camadas de sentido de

suas experiências e expectativas, optamos pela abordagem microanalítica em perspectiva histórica, no intuito de entender seus significados sociais no tempo.

Segundo Revel (1998, p. 20) essa abordagem “afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento”. Sendo que essas estratégias operam através de jogos de escala, entre experiências individuais e aspectos estruturais macro dos processos históricos. Tal perspectiva se insere aqui a partir de uma História Social atenta aos papéis e experiências individuais de modo relacional, compreendendo na estruturação das experiências particulares, além da diversidade socioespacial e temporal do contexto histórico mais amplo. Assim, a abordagem microanalítica tem como premissa “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998: 23). Nesse sentido, serão estudados os itinerários individuais de camponeses que possibilitaram analisar as multiplicidades de suas experiências, bem como as suas contradições internas e externas as quais influenciaram o desejo e/ou a necessidade de migrar.

Como método de análise elegemos a metodologia da História Oral, que possibilita ao pesquisador “um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador” (PORTELLI, 2016: 10). Essas questões trazem maior complexidade para a análise histórica, pois a entrevista se torna uma via de mão dupla, trazendo a imprevisibilidade dos fatos narrados e dando a condição privilegiada para a (re)constituição de fragmentos do passado, enredados em subjetividades e agência dos interlocutores. No presente estudo os camponeses entrevistados foram identificados por meio de pseudônimos, tal fato se explica pelo risco de possíveis retaliações, tendo em vista que, esses sujeitos ainda residem nas terras da fábrica dentro do povoado Novo Nilo (PI).

O povoado Novo Nilo pertence à cidade União (PI) e fica a noventa (90) quilômetros da capital Teresina (PI). Foi criado na segunda metade do século XIX através de uma pequena fazenda de gado localizada às margens do rio Parnaíba, chamada Novo Nilo. O nome desse povoamento nos remete ao rio Nilo, o majestoso rio localizado no continente africano, traduzido historicamente como sinônimo de fertilidade e prosperidade, podendo ser relacionado em nosso caso ao ideário de migração dos camponeses para as terras de um “Novo Nilo”, um local de renovação das esperanças, que através de suas terras férteis, banhadas pelo rio Parnaíba, se mostrava um destino atraente, um local de morada mais sustentável e duradoura.

O novo rio Nilo, portanto, para os camponeses migrantes, era o rio Parnaíba, que ganhou sentido social através das experiências de trabalho e memórias afetivas forjadas pelos trabalhadores e suas famílias, que ao longo dos anos foram constituindo residência no povoado Novo Nilo (PI). O rio Parnaíba, assim como o Nilo, também foi considerado uma dádiva; uma dádiva do Piauí e do Maranhão; uma dádiva do campesinato migrante, que através da relação com o rio conseguiu extrair a sobrevivência, apesar da exploração na fábrica.

MIGRANTES RUMO À FÁBRICA

Antes da criação da fábrica GECOSA no povoado Novo Nilo (PI), foi implantado um estabelecimento comercial denominado “Casa São João”, que era responsável pela compra de produtos frutos do extrativismo animal e vegetal, e dos alimentos produzidos nas lavouras cultivadas pelos camponeses que residiam nesta localidade e em localidades adjacentes. Após tal comercialização, os produtos eram enviados via transporte fluvial para os grandes centros comerciais da época que estavam localizados no litoral do estado do Piauí (COSTA FILHO, 2014). Com a diversificação nas atividades comerciais houve a criação da agroindústria GECOSA, que foi uma fábrica de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu instalada no povoado Novo Nilo (PI), sendo registrada no dia 23 de agosto de 1934, conforme consta lavrado na página 04, número 190, ano 46, do Diário Oficial do estado do Piauí, sob a firma denominada Costa & Irmão, pertencente a Manoel Emiliano da Silva Costa e Gervásio Raulino da Silva Costa, ambos comerciantes estabelecidos na cidade de Barras (PI) e no povoado Novo Nilo (PI) (PIAUI, 1934).

Essa fábrica foi instalada de forma estratégica às margens do rio Parnaíba no intuito de facilitar a logística de escoamento e produção do seu parque fabril no local onde já se encontrava em pleno funcionamento uma fábrica de beneficiamento de algodão. Com o passar dos anos foram sendo feitos incrementos e diversificação da produção. Em 1936, por exemplo, foi instalada uma fábrica de beneficiamento de arroz, alguns anos depois, em 1942, foi instalada uma fábrica de beneficiamento de milho e no ano de 1960, foi implantado o beneficiamento da amêndoa do babaçu dentro do povoado (GECOSA, 1982).

O contexto para a implantação dessa fábrica se deu por conta da ascensão do processo nacional de industrialização no período do Estado Novo, tendo como governante do país o presidente Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 até 1945. Nessa época, com a crise do sistema cafeeiro brasileiro, houve internamente o redirecionamento de possibilidades de exploração econômica, assim, o extrativismo vegetal passaria por uma nova roupagem através de investimentos que possibilitaram a implantação de indústrias atreladas ao beneficiamento de produtos vegetais por meio da centralização do governo estatal. Esta indústria no Piauí estava voltada, sobretudo, para o beneficiamento da cera de carnaúba, da borracha da maniçoba e da amêndoa do coco babaçu (FURTADO, 2003).

Essa mudança de postura adotada no período do Estado Novo foi influenciada pela crise do capitalismo no início de 1930, porque as atividades voltadas para a exportação de *commodities*, como o café, entraram em crise e, conseqüentemente, o eixo dinâmico da economia brasileira ficou voltado para o mercado interno, através de programas de industrialização substitutiva de importações, que priorizou a criação e o fortalecimento da indústria nacional para atender as demandas do país (BANDEIRA, 1981).

Na década de 1950, o contexto industrial teve mais uma reconfiguração. Tratando dos estados do Nordeste, especificamente no Piauí, houve um aumento de subsídios oficiais investidos em iniciativas particulares voltadas ao extrativismo da amêndoa do coco babaçu, com a venda dessa matéria prima para o mercado interno, principalmente para a região centro-sul do país.

Com a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), no ano de 1959, apareceu também a disponibilidade de linhas de créditos para projetos que se justificavam como partícipes do desenvolvimento econômico e da industrialização do país (QUEIROZ, 2006).

Voltando ao caso da fábrica de Novo Nilo (PI), cumpre notar que antes do ano 1960, ou seja, antes da implementação da SUDENE, a fábrica GECOSA se limitava ao beneficiamento e escoamento da produção agrícola, fruto do trabalho dos camponeses residentes no povoado e em localidades circunvizinhas, e realizava, também, a exportação da amêndoa do coco babaçu via rota fluvial através do rio Parnaíba para a cidade de Parnaíba (PI), que na época era o grande centro comercial e industrial do estado do Piauí (GECOSA, 1982).

Já no curso da década de 1960, a fábrica passou a exportar em média 12.000 toneladas de amêndoas do babaçu por ano para a cidade de Parnaíba (PI), e devido a “segurança no abastecimento de matéria prima e a melhoria dos meios de transporte e comunicação, levaram a empresa ao seu ingresso no setor de aproveitamento industrial de amêndoa de babaçu”. (GECOSA, 1982: 01).

Apesar do crescimento inicial, a fábrica GECOSA parou de funcionar no final do ano de 2016, fechando para a festa de final de ano, sem dar continuidade às suas atividades no ano seguinte. No ano de 2017 tivemos a oportunidade de adentrar na fábrica e observamos que o fechamento da fábrica não foi planejado, pois a forma como foram deixados as máquinas e os instrumentos de trabalho, indicava uma parada súbita em meio à produção. Observamos que ainda havia amêndoas do babaçu nas prensas, os experimentos estavam sobre a mesa do laboratório e havia vários vasilhames de óleo do babaçu prontos para serem envasados. A sensação que tivemos ao adentrar tais espaços da fábrica foi de que no dia seguinte o trabalho fabril iria recomençar.

Porém, o que se viu em uma visita posterior ao local no ano de 2019, foi um completo abandono. Além da deterioração das dependências da fábrica e do apagamento da memória desse lugar social, que foi construído ao longo de vários anos por trabalhadores (as), que em sua grande maioria eram camponeses residentes no povoado Novo Nilo (PI). O quadro era desolador, tendo em vista que vários documentos foram destruídos pela ação do tempo em virtude do péssimo estado de conservação e das ações de traças, cupins e baratas. Mesmo com o cenário de péssima conservação, conseguimos fotografar as páginas cadastrais dos quatro (04) primeiros livros de registro da fábrica que possibilitaram acessar referências sobre os perfis dos (as) trabalhadores (as) que ali atuaram no período em que compreendeu as décadas de 1940 a 1970.

Em tal período de análise, observamos que ocorreu um significativo movimento migratório de camponeses oriundos de outros estados para o Piauí. Os cento e quarenta e oito (148) trabalhadores (as) localizados (as) nestes registros eram naturais de três estados. Cento e vinte e dois (122) vieram do estado do Piauí, quinze (15) partiram do estado do Maranhão e seis (06) trabalhadores provieram do estado do Ceará. Foi detectado também que cinco (05) trabalhadores não informaram o seu local de nascimento no momento da realização do registro de trabalho. Dentro do estado do Piauí essa migração ocorreu a partir de quinze (15) cidades diferentes: Amarante (01); Barras (14); Campinas do Piauí (01); Campo Maior (04); Esperantina (01); Lu-

zilândia (03); José de Freitas (02); Miguel Alves (25); Parnaíba (03); Piripiri (03); Porto (03); Oeiras (01); São Pedro do Piauí (01); Teresina (06) e União (54). Do Maranhão essa migração ocorreu através de seis (06) cidades: Araisos (01); Brejo (02); Buriti (02); Caxias (07); Coelho Neto (02) e São Domingos (01). E do estado do Ceará sucedeu de quatro (04) cidades distintas: Crateús (02); Fortaleza (01); Independência (02) e Sobral (01).

Os registros de trabalho mostram um quadro geral dos (as) trabalhadores (as) da GECOSA, descrevendo várias informações sobre as características desses sujeitos, como por exemplo: a filiação, a naturalidade, o estado civil, a escolaridade, o gênero, a quantidade de filhos, a carga horária de trabalho e o salário. E a partir do ano de 1976, houve uma mudança significativa nas fichas de cadastros, porque foram acrescentadas várias indicações das características raciais dos (as) trabalhadores (as), como por exemplo: a cor da pele, a cor dos olhos e a cor dos cabelos. E por meio dessas informações e da análise das fotos contidas nos registros de empregados, conseguimos fazer uma heteroidentificação desses trabalhadores e dessas trabalhadoras que enfrentaram a lida na fábrica entre as décadas de 1940 a 1970.

O primeiro trabalhador da GECOSA que teve a sua carteira de trabalho assinada pela fábrica era oriundo da cidade de Barras (PI), homem negro, 54 anos, casado, tinha 06 filhos. O seu contrato de trabalho foi firmado no dia 02 de janeiro de 1948 e trabalhou até o dia 01 de agosto de 1971, data do seu falecimento, totalizando 23 anos de serviços prestados. Iniciou o trabalho na fábrica na função de serviços gerais e terminou como gerente da fábrica. É possível que o trabalhador tenha se deslocado para o povoado Novo Nilo (PI) através de um movimento migratório influenciado por uma rede de arregimentação que existia entre os donos da fábrica e as cidades onde eles detinham um certo grau de influência através de uma espécie de recrutamento. Da cidade de Barras (PI) vieram entre as décadas de 1940 a 1970 um total de 14 trabalhadores. Tal hipótese ganha mais materialidade na pesquisa pelo fato de a família dos donos da fábrica ter residido na cidade de Barras (PI).

Através do levantamento desses dados, identificamos apenas três mulheres que trabalhavam na fábrica até o ano de 1978. A primeira trabalhadora, mulher parda, 38 anos, casada, era natural da cidade de Esperantina (PI). Quando começou a trabalhar na fábrica, tinha apenas o grau de estudo primário, foi genitora de oito (08) filhos e exercia a profissão de balconista. Foi admitida na fábrica em 31 de dezembro de 1952 e trabalhou até o dia 15 de junho de 1978, totalizando 26 anos de trabalho. A segunda trabalhadora, mulher parda, 28 anos, solteira, era natural do município de Miguel Alves (PI), e apesar de ter apenas a instrução primária foi contratada como enfermeira. Iniciou seu trabalho na fábrica no dia 02/10/1968 e trabalhou até o dia 31/07/1969. Já a terceira trabalhadora, mulher parda, 23 anos, solteira, era oriunda da cidade de União (PI), tinha o ginásio incompleto e trabalhava como auxiliar de escritório, porém, trabalhou apenas um mês na fábrica, iniciando em 01/07/1976 e findando o seu contrato de trabalho no dia 31/07/1976.

Cabe considerar que nesse período a força de trabalho feminina camponesa disponível na região onde a fábrica estava instalada, estava voltada em sua grande maioria para as questões relacionadas à lida com os afazeres domésticos e com o cuidado das crianças. Além disso, desempenhavam um papel importantíssimo na economia familiar através do extrativismo do

coco babaçu, que era realizado na maioria das vezes com os seus filhos e filhas, e ainda trabalhavam com o marido na roça. Rocha (2010: 169), ao traçar o perfil das mulheres camponesas, afirma que elas “dão continuidade ao trabalho da roça, quebram coco babaçu para extração da amêndoa, além de exercerem atividades domésticas. Estas atividades [...] são necessárias para aquisição do mínimo indispensável à vida dessas famílias”.

Assim, enveredando no perfil multifacetado desses (as) trabalhadores (as), percebemos que vinte e um (21) desses personagens eram analfabetos, o que equivale aproximadamente a 14,2% do universo de funcionários empregados na fábrica até 1978. Esse dado é relevante na caracterização desses sujeitos pobres como camponeses, tendo em vista que dezessete (17) desses personagens foram empregados na fábrica com a profissão denominada de “trabalhador braçal”, categoria que serviria para colocá-los em um regime intenso de trabalho. No entanto, se pensarmos em termos gerais, para a época, esse é um índice muito baixo de analfabetos, pois no Piauí, entre as décadas de 1940 a 1970, a taxa de analfabetismo alcançou 80,7% e 67,5%, respectivamente, entre as pessoas que tinham 5 anos ou mais (FERRARI, 1985). Desta forma, se comparamos esses dados com o percentual de trabalhadores(as) analfabetos que labutavam na fábrica no período analisado, iremos perceber que os registros de trabalho não têm convergência com a verdadeira quantidade de trabalhadores que migraram e ocuparam os serviços braçais. Portanto, conjecturamos que a grande maioria dos camponeses não eram formalmente contratados pela GECOSA. Ou seja, a lista dos que eram “registrados” não contemplava todos os trabalhadores.

Devemos refletir sobre o ocultamento dos dados nas documentações oficiais que procuravam beneficiar os industriais em detrimento dos camponeses, uma vez que, sem o registro de trabalho, ficavam impossibilitados de reivindicarem os seus direitos trabalhistas e consequentemente, perpetuava o regime de exploração daqueles que atuavam como trabalhadores braçais.

A categoria “trabalhador braçal” também foi exemplificada por Ferreira (2016) em sua tese de doutoramento, a qual analisou os trabalhadores “retirantes”² cearenses nas frentes de emergências contra a seca, informando que tais sujeitos, em sua grande maioria, eram arregimentados para arrancar toco ou quebrar pedras, afirmando que “é possível atestar que os retirantes eram alocados majoritariamente em serviços que não exigiam nenhum tipo de formação profissional específica” (FERREIRA, 2016: 128).

REDES DE CONTATOS E SOCIABILIDADES

Dentre os cento e quarenta e oito (148) trabalhadores (as) registrados na fábrica entre 1948 e 1978, localizamos dois (02) trabalhadores que ainda residiam no povoado Novo Nilo (PI). O

2. Termo utilizado a partir de 1887 para designar os migrantes brasileiros pobres que saíram dos seus locais de origem, devido ao período de secas que assolavam a região nordeste, e que procurava sobreviver por meio das frentes de serviços braçais ofertadas pelo Estado através de obras públicas, como por exemplo, a construção de açudes e estradas. “Assim, o retirante é o trabalhador honrado, despojado de suas condições de trabalho em virtude de uma calamidade natural”. Ver: NEVES, Frederico de Castro. *Corpos em exposição: Retirantes pobres na empresa brasileira* (1915). Revista Embornal. Dossiê História da saúde e da doença. Fortaleza, v.10, Nº 19, jan-jun de 2019, p. 132. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3246>> Acesso em: 03 de mar. 2024.

primeiro foi o Sr. Marcelo, homem pardo, 78 anos, casado, aposentado, iniciou o seu trabalho na GECOSA no dia 01 de fevereiro de 1977 e trabalhou na fábrica durante trinta anos de sua vida. Sua carteira foi assinada como preenseiro, mas no decorrer de sua trajetória de trabalho se tornou mecânico. Na entrevista que foi realizada em sua residência, relatou como foi o início de sua jornada de trabalho e qual era a atividade que ele exercia com o seu pai antes de trabalhar na fábrica, afirmando que trabalhava:

De roça, eu até a idade quando vim trabalhar na GECOSA [...] eu convivía trabalhando com ele [seu pai] de roça e naquele tempo era no tempo das vacas magras e as coisas eram todas difíceis, a gente juntava o babaçu, quebrava e vinha vender aqui para eles [os donos da fábrica] para comprar a comida e a bebida porque não tinha e só tinha aqui o comércio, não tinha em lugar nenhum, naquela época de sessenta, cinquenta e oito, sessenta, sessenta e dois, sessenta e sete, sessenta e oito e aí por diante até a era de setenta né e setenta e sete eu comecei a trabalhar aqui, trabalhei por trinta anos e me aposentei por lá por tempo de serviço, que dizer por idade né, mas com a contribuição valendo, foi bem fácil para me aposentar. (MARCELO, 2023).

O entrevistado afirmou que trabalhava de roça com seu pai, além disso, demonstrou, também, que a sua família realizava a coleta do coco babaçu para comprar alimentos de primeira necessidade, e relatou sobre a difícil situação financeira por conta da escassez dos meios de subsistência. Além disso, afirmou que a amêndoa do coco babaçu era vendida para os donos da fábrica. O Sr. Marcelo rememorou a sua infância elencando as atividades que exercia no local onde residia, denominado povoado Esperança, município de União (PI), afirmando que *“antes era pesado, tinha que trabalhar de roça, cuidar de porco, cuidar dos bodes, dos animais, tirar comida, buscar água, e trabalhar na roça e vinha estudar ainda, era pesado”* (MARCELO, 2023). Essa dura rotina de trabalho que era exercida pelo entrevistado impossibilitou de prosseguir nos seus estudos, cursando apenas os anos iniciais do ensino primário. Com o passar do tempo, o Sr. Marcelo passou por um processo de migração e conseguiu trabalhar na fábrica por intermédio de um funcionário antigo, construindo assim, uma rede de contato e sociabilidade que possibilitou uma mudança na sua trajetória de vida, assimilando uma nova rotina de trabalho, que até então não conhecia, e desse modo, nos relatou como iniciou na GECOSA, afirmando que *“era até uma situação financeira porque naquela época esperava só pelo tempo da colheita da roça e uma diária, foi quando eu fui convidado pelo senhor por nome Castelo, e logo no outro dia, eu vim trabalhar e aí passei essa temporada todinha trabalhando na GECOSA”* (MARCELO, 2023).

Ele nos relatou o motivo que possibilitou a vinda desse migrante para o povoado Novo Nilo (PI) afirmando que:

Era um funcionário velho, antigo que veio para cá na era de sessenta, ele começou a trabalhar lá [...] era uma equipe [...] que vieram no tempo como casaco e ficaram aqui em Novo Nilo e trabalharam e produziram família aqui, todo mundo, e ainda hoje é procedente deles aqui (MARCELO, 2023).

Essa categoria de trabalhador denominado “cassaco” foi analisada pela pesquisadora Ferreira (2016: 139) a qual afirma que “é importante frisar que ser cassaco era uma condição sazonal, não fazia parte da rotina habitual do sertanejo, mas sim, era um meio emergencial, uma alternativa de sobrevivência, um movimento por excelência para contornar a fome”. Assim, esses trabalhadores trabalhavam em obras públicas em várias localidades do nordeste brasileiro, com o intuito de adquirirem a sobrevivência cotidiana, cultivando suas redes de solidariedades nos locais de trabalho.

O apelido de cassaco está relacionado a uma espécie de gambá que exala um odor muito forte quando está em perigo, e que faz buracos no período da reprodução, fazendo, portanto, referência a condição de vida desses trabalhadores, que executavam trabalhos braçais, porque a “maioria era alocada nos ofícios que demandam um maior número de braços como roçagem, cavação, expurgo e compactação de terra, britamento e transporte de materiais” (FERREIRA, 2016: 51).

Apesar de trabalhar na GECOSA, o Sr. Marcelo continuou residindo no povoado Esperança (PI), pois *“eu passei três anos trabalhando aqui e indo para lá porque eram turnos alternados, né”* (MARCELO, 2023). Ao lembrar essas idas e vindas demonstrou o sofrimento para se deslocar até o seu local de trabalho, uma vez que se deslocava *“a pé, até que era coisa ruim, não tinha moto, não tinha bicicleta, era aquela coisa, era tudo difícil, mas logo que eu vim para Novo Nilo, aí melhorou, comprei uma casinha ali em cima e fui trabalhar”* (MARCELO, 2023).

Ele informou que sua casa era de barro e coberta com a palha da palmeira do babaçu, esse tipo de moradia era comum entre os camponeses que moravam nessa localidade rural, ademais, não poderiam fazer as casas de alvenarias tendo em vista que tal regra servia para que o morador não requeresse posteriormente a posse da terra a qual residia. Em outras regiões do Brasil também havia a problemática da condição de moradia dentro de um contexto rural, tal fato foi evidenciado em um estudo feito na cidade de Magé (RJ) pelo pesquisador Felipe Ribeiro (2015) que abordou as nuances da construção de uma fábrica de tecido dentro de uma área rural. Ele problematizou em seu estudo a condição de vida dos operários, que, por não terem um local para residir, *“a direção da fábrica permitiu que os próprios trabalhadores construíssem suas moradias em terras da empresa. As casas eram bastantes simples, feitas de madeira ou pau-a-pique [...]”* (RIBEIRO, 2015: 81).

O autor pontua o modo de construção das casas feitas pelos operários da fábrica, afirmando que eram bastante simples e, para que fosse possível a construção das casas, os operários tinham que utilizar materiais disponíveis na natureza, como a madeira e o barro, além disso, não havia canalização apropriada para a utilização da água e demais condições sanitárias. Ademais, existia nesta propriedade espaços distintos de moradia para os trabalhadores, a depender de sua categoria de trabalho, conforme assevera Ribeiro (2015):

[...] aquele espaço da fábrica com vila operária era entendido por eles, ao menos naquele momento, como um “lugar de direitos”, ao passo que o trabalho na lavoura era considerado hierarquicamente inferior, tido como um espaço sem direitos minimamente definidos. (RIBEIRO, 2015: 43)

Neste fragmento, o autor problematizou a questão dos espaços que era ocupados por trabalhadores distintos da fábrica uma vez que havia um espaço reservado para os trabalhadores tecelões que formava uma vila operária, e havia outro espaço que era ocupado pelos lavradores, que, na maioria das vezes, era composto por casas rústicas que iriam abrigar os trabalhadores do campo e suas famílias. De modo semelhante, com a residência instalada dentro do povoado Novo Nilo (PI), a condição de vida do Sr. Marcelo melhorou, mas ele passou a exercer uma rotina mais intensa de trabalho dentro da fábrica, pois:

Eu trabalhava no setor da manutenção geral, trabalhava na saboaria, trabalhava na caldeira, trabalhava na extração de óleo porque quando quebrava era eu que montava o abastecimento d'água, a água para cima daquela caixa grande, era um tormento, ninguém sossegava, quando a gente chegava doze horas da noite naquela lida maluca, quando a gente dava fé o dia tinha amanhecido sem a gente se sentar, era terrível, mas eu venci o tempão e hoje graças a Deus me aposentei (MARCELO, 2023).

No relato do Sr. Marcelo devemos frisar a condição insalubre do seu trabalho, tendo em vista que trabalhava em diversos setores da fábrica, sendo exposto aos diversos tipos de agentes químicos, outrossim, havia o ritmo de trabalho incessante que impossibilitava o trabalhador de exercer a sua profissão de maneira tranquila e independente. Sobre o regramento do trabalho insalubre, foi aprovada a Lei nº 6.514/77 de 22 de dezembro de 1977, que alterou o capítulo V da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), onde traz em seu artigo 189 a definição sobre as atividades insalubres ou perigosas, informando que “por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos” (BRASIL, 1977). O entrevistado também em determinado momento de sua fala demonstrou como funcionava as escalas de trabalho, que eram impostas pela fábrica aos trabalhadores:

Era uma semana durante o dia de oito [da manhã] às quatro [da tarde], a outra semana era de quatro [da tarde] às doze [da noite] e a outra era de doze [da noite] à oito [da manhã], quer dizer e aí quando dava domingo a gente revezava e quem trabalhava durante o dia, ia trabalhar meia noite, e quem trabalhava quatro horas da tarde, entrava quatro horas [da tarde] e saía doze [da noite], quando era para revezar voltava oito [da manhã] que era para ficar durante o dia e assim por diante, era todo tempo trabalhando desse jeito (MARCELO, 2023).

Essa escala de trabalho era feita pelos industriais no intuito da fábrica operar 24 horas por dia, dessa forma esses camponeses que trabalhavam na fábrica não se baseavam no tempo da natureza, outrossim, baseavam-se no tempo industrial, pois no tempo da natureza “o camponês ou trabalhador parece cuidar do que é necessidade [...] o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa” (THOMPSON, 1998: 271). Já no tempo fabril o trabalho é regido pelo

tempo cronológico, porém, devemos entender que não se trata apenas do tempo do relógio em si, mas do tempo da produção, do capital, o tempo da agroindústria GECOSA, ao qual o camponês/operário deveria dispor sua força de trabalho com cuidado para que o tempo não fosse desperdiçado pois, no ambiente fabril, o tempo se torna dinheiro e ninguém passa o tempo, outrossim, o gasta.

Apesar de trabalhar na fábrica, o Sr. Marcelo continuou exercendo as suas práticas rotineiras de homem do campo, realizando os roçados nos momentos de folga do trabalho fabril, e nesse sentido nos afirmou que trabalhou “*todo tempo, nunca parei de trabalhar [...] sempre tive meu legume para o meu alimento*” (MARCELO, 2023). Percebemos que a condição de vida do entrevistado, mesmo com rotinas extenuantes, não se limitava ao trabalho fabril, pois tinha o seu roçado como complementação da sua fonte de renda. Aqui cabe uma reflexão e um diálogo com o conceito de *brecha camponesa*, característico de regimes de escravidão, que no Brasil foi historicamente assentado em força de trabalho de homens, mulheres e crianças capturadas no continente africano.

Havia no plano das negociações costumeiras dos senhores para com seus cativos a concessão de um dia por semana de folga (geralmente o sábado) para que o escravizado pudesse cuidar do seu roçado cultivado em parcelas de terras que recebiam dentro das fazendas, servindo para seu próprio sustento, o que diminuía gastos dos proprietários. Em alguns casos, o excedente da produção podia ser vendido, muitas vezes de modo clandestino, para acumular dinheiro no intuito de comprar a sua própria liberdade e/ou de membros da família (CARDOSO, 1987).

Semelhantemente à reflexão feita acima, no povoado Novo Nilo (PI) os camponeses que trabalhavam na GECOSA disponham de táticas que possibilitaram a realização do cultivo dos roçados nas terras cedidas pela fábrica. Para exemplificar tal contexto, o Sr. Marcelo descreveu a estratégia realizada para conciliar o trabalho fabril com o trabalho na lavoura:

[...] Às vezes quando eu ia sair de lá [da fábrica] oito horas [da manhã], eu ia trabalhar só meia noite, aí eu trabalhava o resto do dia todinho [na roça], aí quando dava meio dia eu dormia um cochilo e quando dava três horas [da tarde] aí eu ia para a roça, aí eu chegava jantava, aí sete horas [da noite] eu já tinha que ir cochilar um pouco para doze horas [da noite] está no ponto para trabalhar de novo. (MARCELO, 2023).

O trabalho na roça era realizado pelo camponês nos momentos em que não estivesse trabalhando na fábrica, tendo em vista que, quando entrava doze (12) horas da noite na GECOSA e trabalhava até oito (08) horas da manhã, tinha, portanto, parcela do dia para cultivar a sua lavoura, para, na boca da noite, reservar algumas horas para dormir um pouco e, posteriormente, retornar ao trabalho fabril. O Sr. Marcelo nos informou também que havia um dos seus cunhados que trabalhou na fábrica por um período de dez (10) anos, mas “*ele se acidentou, uma peça explodiu e quebrou isso tudo dele aqui [aponta para a parte frontal do seu corpo], mas ainda voltou a trabalhar, mas ele não aguentou aí ele se aposentou-se e pronto, hoje ele vive lá na Esperança*” (MARCELO, 2023).

No trabalho fabril, diferentemente do trabalho da roça, o trabalhador está exposto aos mais variados riscos de acidentes, sendo essencial a utilização dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) conforme a legislação em vigor. A Lei de Nº 6.514, em seu artigo 166, exige que a empresa forneça aos seus empregados “gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados” (BRASIL, 1977). Além disso, devemos refletir também que o trabalhador atualmente precisa passar por um treinamento quanto a utilização dos EPI's para a minimização dos riscos de acidentes no ambiente de trabalho fabril. Porém, numa fábrica rural onde a grande maioria dos trabalhadores eram camponeses com baixa escolaridade e onde imperava a precarização nas relações de trabalho por meio de condições insalubres e exaustivas, os camponeses eram obrigados a aceitar tais condições por conta da pobreza aviltante e pela ausência de melhores alternativas de emprego e renda.

TRAJETÓRIAS FAMILIARES

O outro trabalhador que estava entre os cento e quarenta e oito (148) trabalhadores da GECOSA e que ainda reside no povoado Novo Nilo (PI) é o Sr. Jorge, homem negro, 68 anos, casado, nascido no povoado Novo Nilo (PI). Realizamos duas entrevistas com esse camponês, a primeira foi realizada em 2019 e a segunda em 2023. Depois de alguns contratempos conseguimos realizar a segunda entrevista em sua residência, nesse momento se mostrou bem atento e disposto a responder às perguntas que lhe foram proferidas. Ao iniciarmos a entrevista, perguntamos ao Sr. Jorge sobre a trajetória de migração do seu pai para o povoado Novo Nilo (PI), e ele nos informou que *“meu pai já veio para cá menino, criança, vamos dizer não posso determinar a idade, mas já veio através do meu avô”* (JORGE, 2023).

Nascido no povoado Frente Caiçara, município de Caxias (MA), o pai do Sr. Jorge veio para o povoado Novo Nilo (PI) em consequência da chegada da família do coronel Gervásio Costa³, dono da terra, onde posteriormente foi estabelecida a fábrica GECOSA. O pai do Sr. Jorge veio juntamente com seu avô que trabalhava como marinheiro para o “coronel” no rio Parnaíba, pois:

[...] [ele] tinha [uma] barca no rio [Parnaíba] e transportava mercadoria para o coronel de Parnaíba para cá [para Novo Nilo] e levava a matéria prima, porque naquele tempo ele [o coronel] não tinha indústria, nos anos de cinquenta para sessenta ele [o coronel] não tinha indústria, então tudo o que ele [o coronel] produzia aqui, o arroz ele [o coronel] moíha e vendia ensacado aí ia para Parnaíba e de lá tomava destino, o babaçu ia para Parnaíba, a farinha, tudo ia para Parnaíba [...] (JORGE, 2023).

3. Gervásio Raulino da Silva Costa nasceu no dia 19 de junho de 1895 na cidade de Alto Longá (PI), foi político, comerciante, industrial e proprietário de terras no Piauí e no Maranhão onde possuiu quase vinte e cinco mil hectares de terras nas margens do rio Parnaíba. Ver: COSTA FILHO, Gervásio. *A história de um imortal*. Projeto gráfico. 2014.

No relato acima o Sr. Jorge além de informar sobre o trabalho do seu avô, nos explicou como funcionava a logística comercial dentro do povoado Novo Nilo (PI) num período em que a fábrica ainda não operava o processo de beneficiamento da amêndoa do coco babaçu, tendo em vista que, o processo só ocorreu a partir do ano de 1960. Sobre o seu pai, o Sr. Jorge nos afirmou que ele *“tinha o terceiro ano do primário [...] meu pai tinha uma caligrafia muito bonita, muito boa, meu pai sempre trabalhou em comércio”* (JORGE, 2023). Diferentemente do outro migrante da pesquisa, a família do Sr. Jorge não tinha a atividade nos roçados como a fonte de renda principal, mas utilizava-a como uma obrigação moral no sentido de disciplinar os filhos para o trabalho:

O papai tinha o quintal dele, onde a gente tinha os nossos afazeres, de manhã para o colégio, de manhã primeiro, a gente morava do outro lado do rio e não tinha água encanada, você tinha que carregar água na lata para colocar nos potes [...] Depois daquilo ali é que você ia tomar o café e ia para o colégio, quando você chegava à tarde, quando o sol abrandava mais ou menos nesse horário [15:30] ia capinar o quintal, no quintal o papai plantava o milho, ele plantava arroz, ele plantava feijão, plantava abóbora, melancia, a gente fazia vazante entendeu? Trabalhei não como meio de vida para poder me alimentar [...] eu fazia por obrigação, mas como ocupação em casa e ali quando dava, vamos dizer quatro e meia [da tarde], você ia para casa e ver alguns afazeres da mamãe e aí você ia para a pelada, jogar uma bolinha (JORGE, 2023).

Nesse ponto, o entrevistado afirma que o trabalho realizado pela sua família nos roçados de “vazantes”, realizados no quintal da sua residência às margens do rio Parnaíba, não estava focado no sustento familiar, pois era realizado em concomitância aos trabalhos doméstico e em horário que não atrapalhasse a ida à escola. O trabalho na roça era visto como ocupação para que a criança tivesse a experiência com o trabalho braçal e assim adquirisse uma consciência moral sobre o trabalho.

O pai do Sr. Jorge morou em algumas localidades antes de migrar para o povoado Novo Nilo (PI), e nesses deslocamentos sempre migrava com toda a sua família e residia em casas simples, e só conseguiu residir em uma casa construída de alvenaria no povoado Novo Nilo (PI), na qual a casa foi cedida pela fábrica. Sobre tal questão, o entrevistado afirmou que *“nunca se pagou um centavo de aluguel, até muitas reformas, quando a empresa estava boa até reforma ela dava para a gente, reforma da casa, despesa para mandar pintar, essas coisas, era tudo por conta deles”* (JORGE, 2023).

Observamos por meio do relato acima que a GECOSA mantinha em suas terras casas construídas de alvenaria em formato de vila que eram destinadas para os trabalhadores que tinham cargos específicos na empresa, e eram casas *“com três quartos, sala e cozinha, toda feita pelo coronel nos anos cinquenta e isso para os funcionários de escritório, encarregado de armazém e essas coisas tudo”* (JORGE, 2023). Porém, em contraste a este fato, os camponeses que atuavam em trabalhos braçais deveriam construir suas casas de forma simples, feitas de barro e coberta com a palha da palmeira do babaçu.

O Sr. Jorge, diferentemente dos outros camponeses que iniciaram na fábrica em serviços braçais, teve uma instrução escolar mais avançada, pois concluiu o ensino ginasial e por conta do seu grau de estudo, sua carteira de trabalho foi assinada inicialmente como auxiliar de escritório. Ao relatar sobre os trabalhadores braçais rememorou o período em que seu pai trabalhava na fábrica afirmando que:

Esse pessoal de trabalho braçal, [a casa de] quase todos eles era de taipa, coberta de palha, só que hoje são poucos, pois conseguiram durante o tempo, veio as facilidades que na época quando começou essa [fábrica] aqui, você não ouvia falar em décimo terceiro mês, não ouvia falar em férias, entendeu, era um sistema de trabalho de diária, aí quando aconteceu tudo isso, aí nos anos sessenta e um, sessenta e dois veio a CLT e aí foram registrados, meu pai pelo menos foi registrado se não me falha a memória, foi registrado em sessenta e um ou foi sessenta e dois que a carteira dele foi assinada (JORGE, 2023).

Em sua fala, o Sr. Jorge aborda sobre a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que teve a sua promulgação através do decreto-lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943, no período ditatorial do Estado Novo, que unificou todas as leis trabalhistas existentes no Brasil, composta por 08 capítulos e 922 artigos. A CLT contempla os direitos trabalhistas das variadas classes de trabalhadores (as) do país, como por exemplo: jornada de trabalho, salário mínimo, medicina do trabalho, férias, entre outras questões relacionadas aos direitos e deveres do (a) trabalhador (a). Na década de 1960 foi realizada a mudança da redação do artigo 13 da CLT através do decreto-lei Nº 926 de 10 de novembro de 1969 que estabeleceu a obrigatoriedade da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) para o exercício de qualquer emprego, inclusive o de natureza rural (BRASIL, 1969).

É importante notar que o entrevistado, rememorando a trajetória de trabalho do seu pai na GECOSA, traz um relato seletivo de memória afirmando erroneamente que a CLT chegou na década de 1960, mas conforme exposto acima, essa consolidação das leis trabalhistas foi criada duas décadas antes. Porém, esse “chegar da lei” no povoado Novo Nilo (PI) pode estar relacionado a mudança nas relações de trabalho que ocorreram a partir do beneficiamento da amêndoa do coco babaçu pela fábrica, tendo em vista que a CLT estava direcionada a princípio para os trabalhadores urbanos, possibilitando, através da implementação dessas leis no ambiente rural, que os camponeses/operários tivessem, em tese, os mesmos direitos trabalhistas, como por exemplo, o direito a férias e ao décimo terceiro salário, que foi criado por meio da lei Nº 4.090 de 13 de julho de 1962, onde determinou em seu artigo 1º que “no mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus” (BRASIL, 1962). Mas para adquirir tal direito, o (a) trabalhador (a) deveria estar com sua carteira de trabalho devidamente assinada.

Devemos pontuar também que o contexto da década de 1960 foi marcado por um movimento de perturbação social através da implantação da ditadura civil-militar no ano de 1964, onde o direito à liberdade individual de muitos civis foi suprimida. Obstante a esse panorama de conflito que a nação brasileira estava enfrentando, os camponeses residentes no povoado

Novo Nilo (PI) estavam lutando através de variadas formas de resistência cotidiana para uma melhor condição de moradia e de trabalho.

O nosso entrevistado falou também a respeito da instrução escolar dos (as) trabalhadores (as) da fábrica, onde nos repassou uma informação importante que diz muito sobre o perfil dos camponeses que ali trabalhavam até o final da década de 1970, informando que:

A fábrica todinha, tinha o contador, tinha o pessoal do faturamento, essas coisas tudo, mas ninguém tinha ginásio completo e ela [a fábrica] estava entrando nesse processo de ampliação [...]. E a SUDENE que era a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste tinha arrumado esse dinheiro para cá [...] e exigia o grau de instrução, que, no entanto, eu entrei em setenta e seis, em janeiro e quando deu em julho a empresa teve que contratar o químico, teve que contratar o engenheiro mecânico, técnico de laboratório, tudo com o curso para poder atender as demandas, as exigências do projeto (JORGE, 2023).

Esse dinheiro financiado pela SUDENE tinha como objetivo aumentar o parque fabril e, consequentemente, iniciar um processo de modernização na GECOSA. Mas tal fato gerou um impasse entre o corpo laboral da fábrica, tendo em vista que a grande maioria dos trabalhadores eram camponeses que não tinham uma instrução escolar desenvolvida, e por conta dessa adequação, poderiam perder seus empregos com a execução do referido projeto de ampliação.

Com base no exposto acima, fomos analisar os registros de trabalhadores entre os anos de 1971 a 1978 e detectamos que haviam seis (06) trabalhadores analfabetos, quarenta e sete (47) trabalhadores (as) tinha apenas o ensino primário, sete (07) trabalhadores tinha o ensino ginásial, somente um (01) trabalhador tinha o ensino científico, apenas um (01) detinha o ensino superior e seis (06) trabalhadores não informaram o grau de escolaridade. Desse modo, por estar em uma condição privilegiada em relação à escolaridade da grande maioria dos camponeses que trabalhavam na GECOSA, o Sr. Jorge nos relatou quais as funções que exerceu dentro da fábrica:

A minha função quando eu entrei era viajar para os interiores, eu viajava para Lagoa Alegre [PI], eu viajava para José de Freitas [PI], para União [PI], para Miguel Alves [PI], tinha as propriedades deles no Maranhão, eu andava com o caderno [...]. Como o escritório estava meio coisa, eu fui trabalhar no setor pessoal, eu era conferente de ponto, em setenta e oito e setenta e nove [...]. Nessa conferência de ponto, o químico era muito meu amigo e recém-chegado aqui, ele começou a despertar em mim devido ao meu grau de instrução, me puxar para funções e nessa época em setenta e nove mais ou menos eu já estava como encarregado de produção lá dentro, ele fazia a programação de funcionamento, o químico, funcionar, parar, o que ia produzir, que tipo de sabão ia produzir, que tipo de óleo a gente ia envasar [...] tudo isso aí era uma coisa que passava por mim (JORGE, 2023).

Na fala descrita acima, o entrevistado rememorou o seu passado, descrevendo os setores que trabalhou dentro da GECOSA, e afirmou que devido a amizade que tinha com o engenhei-

ro químico da fábrica, foi destacado para o setor de produção, permanecendo por muitos anos como supervisor. Em seu longo relato percebemos que foi construída uma rede de contato e sociabilidade que possibilitou a sua ascensão dentro do espaço de trabalho, destacando também na sua fala a questão da sua instrução escolar como ponto chave para a sua ascensão dentro do ambiente fabril.

Com o passar do tempo, o Sr. Jorge se tornou uma espécie de gerente geral da fábrica, pois *“fiquei praticamente como a segunda pessoa do homem, eu fazia tudo ali dentro, eu comprava, eu vendia, negociava a compra [...]”* (JORGE, 2023). No entanto, ele procurou demonstrar que não trabalhou na área de produção, ou seja, no próprio beneficiamento da amêndoa do babaçu, local comumente destinado aos camponeses considerados trabalhadores braçais. Porém, apesar disso, afirmou que tinha conhecimento de todo o processo, uma vez que supervisionava cada etapa de produção, desde a caldeira, passando pela saboaria, pela refinaria, pela extração, até a DESMET,⁴ que era a unidade que funcionava a base de solvente, e por conta da sua função, se diferenciava dos demais camponeses.

Tal diferenciação gerou também inimizades entre o Sr. Jorge e alguns trabalhadores da fábrica. E ao rememorar o seu cotidiano de trabalho lembrou de um episódio, que marcou a sua vida, afirmando que chegou a receber um “copo de cerveja na cara” por conta de um problema gerado na fábrica com um trabalhador, conforme relatado a seguir:

Um funcionário chegou atrasado e o porteiro não deixou ele entrar e ele quis entrar e o porteiro foi me chamar. [Eu disse] Não, a decisão é dele de não [deixar] entrar, você chegou atrasado? [Ele disse] Cheguei. [Eu disse] Porque? [Ele disse] Não é porque, não sei o que, tal e tal. [Eu disse] Mas rapaz você não vai entrar. [Ele disse] Tá bom. Isso era sábado de manhã, quando deu domingo quatro horas da tarde, eu gostava de tomar uma cervejinha, estou acolá bebendo quando o cara chegou, ele ofereceu a cerveja e eu aceitei, quando eu levantei meu copo para beber, ele pegou o dele e jogou na minha cara, aí ele perguntou para mim o que eu ia fazer. Eu tinha passado o dia todinho bebendo, eu só fiz dizer para ele que não, eu não ia medir forças com ele [...] Mas eu ia mostrar para ele o que eu ia fazer. Eu disse: Amanhã de manhã eu vou chegar antes de você e vou tirar o [teu] cartão de ponto de lá, você não vai mais entrar para trabalhar na GECOSA. [Ele disse] Ah você não pode fazer isso, não tem nada a ver com a GECOSA, não foi lá dentro. Eu disse: Não foi lá dentro, agora só que você trouxe um problema de lá para cá (JORGE, 2023).

É interessante notar nesse relato que o conflito foi gerado por um desentendimento que houve em virtude do não cumprimento das regras estabelecidas pela empresa, em ocasião que o horário de entrada para o trabalho não foi obedecido pelo camponês/operário, gerando por conseguinte uma falta, e em consequência disso, houve uma atitude não habitual de resistência do trabalhador para com o seu superior. Por fim, o caso foi parar na delegacia, onde foi lavrado um boletim de ocorrência. Apesar de tal episódio, o Sr. Jorge afirmou que trabalhou na GECO-

4. DESMET do Brasil Ltda., é uma empresa localizada no estado de São Paulo/SP, sua data de abertura 14 de janeiro de 1971, onde sua principal atividade econômica é “fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios” Disponível em: <<http://cnpj.info/Desmet-Brasil-Ltda-Sao-Paulo>> acesso em 21 de mar. de 2024.

SA até chegar a sua aposentadoria, e ao relembrar de suas expectativas sobre a fábrica, ele nos afirmou que *“eu achava que ela nunca fechasse, que ela nunca parasse, agora quanto a pessoa Jorge, funcionário, morador de Novo Nilo para mim ela foi como diz a história foi um exemplo [...]”* (JORGE, 2023).

Esse saudosismo que percebemos na fala do Sr. Jorge, pode estar intimamente ligado ao fato do entrevistado ter uma condição diferenciada que o colocava hierarquicamente acima em relação aos demais trabalhadores (as) da fábrica, tendo em vista que ocupou cargos de supervisão e de gerência, sobre os quais afirmou que *“quando eu entrar no portão lá, a partir de lá eu sou o Sr. Jorge gerente e quando eu saí daqui eu sou o Sr. Jorge amigo de vocês”* (JORGE, 2019). Tal expressão exemplifica muito bem como era a relação de autoridade que havia dentro do cotidiano de trabalho fabril e mostra também as relações de sociabilidades que havia para além dos muros da fábrica, mostrando que havia um comportamento diferenciado entre os camponeses no contexto fabril, a depender das relações de convívio e das redes de solidariedades que existiam entre esses sujeitos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implantação da GECOSA, sobretudo a partir da década de 1960, os camponeses, que trabalhavam na fábrica continuaram desenvolvendo as suas práticas costumeiras de trabalho, montando as agências que possibilitaram conciliar as atividades rurais com as atividades fabris, através da permuta dos turnos de trabalho com outros trabalhadores camponeses, e desta forma se esforçaram para manter as atividades rurais no intuito de possibilitar o bem viver familiar.

A rotina intensa de trabalho realizada pelos camponeses era diferente se comparada aos trabalhadores urbanos, porque os trabalhadores rurais já possuíam uma experiência com o trabalho braçal através da preparação dos seus roçados para o plantio. Além disso, eles guardavam uma concepção do trabalho como uma espécie de moral dignificante, permeada pelas sociabilidades camponesas e comunitárias.

Os camponeses que migraram para o povoado Novo Nilo (PI), em sua grande maioria partiram com toda a sua família para as terras da GECOSA, sendo que, até a década de 1980 havia a regra da interdição das casas de alvenarias que obrigava esses camponeses a construir suas moradias de pau-a-pique cobertas com a palha da palmeira do babaçu, diferentemente das casas destinadas para os funcionários que atuavam em funções mais especializadas dentro da fábrica. Além disso, mediante a ocorrência de alguma infração cometida pelo trabalhador camponês dentro da fábrica e/ou dentro do povoado, seria responsabilizado com a perda do emprego e, consequentemente, a perda da moradia.

Diante do exposto, concluímos que apesar das adversidades que havia nas terras da fábrica GECOSA, as famílias camponesas lutavam com todas as armas possíveis, mesmo que estas fossem as “armas dos fracos”, conforme aponta estudo de Scott (1985). Tal luta podia ser expressa algumas vezes por formas de resistência sutis, por vezes dissimuladas e silenciadas diante dos patrões, posto que, na vida pública, uma conformidade calculada entrava em cena. Consideramos essas formas de resistência como agências dos camponeses para contornar ou diminuir a

opressão e a exploração de classe constituindo um importante fio condutor para o estudo das lutas sociais e as condições de vida das populações subalternizadas.

FONTES

BRASIL, *Decreto-lei nº 926, de 10 de outubro de 1969*. Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências. Brasília, DF, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/19651988/del0926.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20926%2C%20DE,Rural%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs> Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL, *Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL, *Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962*. Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores. Brasília, DF, 1962. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4090-13-julho-1962-353863-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL, *Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977*. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Brasília, DF, 1977. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm> Acesso: 03 de jan. 2024.

PIAUÍ, Diário Oficial do Estado do. *Fundação da GECOSA*. 23 de agosto de 1934, ano 46, n. 190, p. 4.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. *Projeto Apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*. Piauí, 1982.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. *01 Livro de Registro de Trabalhadores*, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. *02 Livro de Registro de Trabalhadores*, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. *03 Livro de Registro de Trabalhadores*, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. *04 Livro de Registro de Trabalhadores*, Teresina, 15 de mar. de 1973.

JORGE. *Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos*. Novo Nilo, União (PI) 08 de jun. 2023.

MARCELO. *Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos*. Novo Nilo, União (PI) 04 de jun. 2023

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês: O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. *Cultura e Cartografias de Memórias: Trabalho e Migração de cearenses para EntreRios (PI) - 1940-1970*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2018, CE.

COSTA FILHO, Gervásio. *A história de um imortal*. Projeto gráfico. 2014.

FERRARI, Alceu Ravanello. *Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes*. Cadernos de Pesquisa, ed. 52. p. 35-49. fev. 1985 Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1360/1361>> acesso em 27 de dez de 2023.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas*. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*, vol. 1 São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. *Corpos em exposição: Retirantes pobres na empresa brasileira (1915)*. Revista Embornal. Dossiê História da saúde e da doença. Fortaleza, v.10, Nº 19, jan-jun de 2019, p. 132. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3246>> Acesso em: 03 de mar. 2024.

PORTELLI, Alessandro. *A História Oral como a arte da escuta*. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina. EDUFPI, 2006.

REVEL, Jacques. org. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha.

Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1998.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. 2015. Tese (Doutorado em História) Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

SCOTT, James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, 1985. JSTOR. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt1nq836>> Acesso em 30 Mar. 2024.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.